

*Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais**

LUIS CLAUDIO PALERMO**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: Esse trabalho parte da tradicional divisão da historiografia da escravidão brasileira: Gilberto Freyre (1933), Escola Paulista de Sociologia (anos 1950/70) e a renovação após os anos 1980. Propõe-se, inicialmente, identificar como a relação indivíduo e sociedade é mobilizada pelas duas primeiras tendências. Pretende-se, de forma complementar, destacar propostas contemporâneas que sugerem novos caminhos para esse campo historiográfico. A análise realizada neste artigo tem como base o conceito de tradições eletivas, pois este permite evidenciar os embates entre as tendências historiográficas, salientando o quanto essas disputas têm relação com o contexto dos pesquisadores e suas perspectivas acerca do tema em questão. Em face desse cenário, o artigo defende que a historiografia da escravidão brasileira é um terreno fértil para analisar a epistemologia da história.

Palavras-chave: Historiografia da escravidão brasileira; Teoria e metodologia da história; Relação indivíduo e sociedade.

Abstract: This work is based on the traditional division of the historiography of Brazilian slavery: Gilberto Freyre (1933), Escola Paulista de Sociologia (1950-1970) and the renewal after the 1980s. The initial proposal is to identify how the relationship between individual and society is operationalized by the first two trends. It is intended, in a complementary way, to highlight contemporary proposals that suggest new paths for this historiographic field. The analysis carried out in this article is based on the concept of elective traditions. This concept allows us to show the conflicts between the mentioned historiographical tendencies, highlighting how much these disputes are related to the context of the researchers and their perspectives on the subject in question. Therefore, the article argues that the historiography of Brazilian slavery is fertile ground for analyzing the epistemology of history.

Keywords: Historiography of Brazilian slavery; Theory and methodology of history; Relationship between individual and society.

* Recebido em: 06/09/2017 e aprovado em: 12/10/2017.

** Doutorando no Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista da FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Título da pesquisa em andamento: “Entre o poder de agência dos atores sociais e a estrutura: uma análise sobre o papel do negro na historiografia recente da escravidão brasileira”.

Introdução

A historiografia da escravidão que ocorreu no Brasil é rica e seminal no sentido de nos possibilitar pensar tanto em conhecimentos sobre a nossa história como também em embates teórico-metodológicos e conceituais em torno desses conhecimentos, além de nos permitir colocar em evidência contendas ideológicas que revestiram as pesquisas clássicas e as posições políticas que circundam esse campo de pesquisa.

Na perspectiva de alguns pesquisadores,¹ a historiografia em voga pode ser dividida basicamente em três momentos, que são marcados fundamentalmente pelas rupturas teórico-metodológicas e interpretativas que foram enfatizadas em cada fase. Conforme explicitado à frente, essas descontinuidades assinalam uma disputa pela produção do conhecimento acerca desse campo de estudos tão importante para a formação do Brasil.²

A proposta deste artigo é analisar como os autores que fazem parte de cada tendência historiográfica aludida enxergaram a escravidão brasileira, dando especial atenção para a análise acerca da relação entre o condicionamento imposto pelo sistema escravista e a ação dos negros escravizados no Brasil. Intenta-se, por conseguinte, não somente trazer à tona essas visões sobre a escravidão brasileira e sobre o papel do negro nesse contexto, mas também sobrelevar, ainda que de forma sinóptica e panorâmica, algumas disputas teóricas, interpretativas e ideológicas clássicas e atuais, contribuindo, em alguma medida, para uma cartografia desse campo.

Metodologicamente, esse estudo parte eminentemente da noção de que, na historiografia, as interpretações do passado estão em disputa. Trata-

¹ Cito alguns que podem representar essa perspectiva: Slenes (1999), (Queiróz) (1998) e Lara (2005).

² Deve-se chamar a atenção para o caráter arbitrário e panorâmico das apreciações feitas sobre a historiografia sobre a escravidão negra que ocorreu no Brasil. Nessa revisão, serão empregadas análises sobre algumas obras que podem servir de modelos (ou exemplos) que registram características fundamentais de cada fase assinalada. É quase desnecessário mencionar que a construção macro de uma perspectiva acaba ignorando forçosamente (não sem a devida consciência) outras obras que não poderiam ser deixadas de lado, em caso de uma apreciação mais detida e aprofundada do tema.

se, pois, de um campo da história intelectual (cf. NICOLLAZZI, 2014, p. 29) permeado por contendas políticas, ideológicas e epistemológicas que reverberam no seio das representações sobre o passado ou do uso que se faz do passado. Deve-se ressaltar, dessa forma, que a condição de disputa no campo historiográfico é um ingrediente fundamental para este trabalho.

Nesse sentido, as tendências historiográficas que serão apresentadas adiante são enxergadas como tradições eletivas (cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2014). Esse conceito, segundo o autor aludido, funda-se substancialmente na relação que os historiadores têm com o passado. Essa relação é composta de uma dupla dimensão: ontológica e cognitiva (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2014, p. 8). No entanto, Fernández Sebastián salienta, em sua proposta conceitual, mais a dimensão cognitiva, afirmando que a tradição eletiva é algo construído, elaborado pelo legatário (o receptor de uma herança ou tradição).

O conceito do autor nos oferece, pois, a possibilidade de problematizar a historiografia como um campo que produz um diálogo permanente com suas tradições, a partir das contendas que são substancialmente oferecidas pelas condições de possibilidade do tempo presente (cf. KOSELLECK, 2006). Desse modo, cumpre ressaltar que as tradições, segundo Fernández Sebastián (2014), devem ser vistas menos pelo sentido corriqueiro, quer dizer, de uma tradição que nos deixa um legado e mais pelo sentido invertido, ou seja, de uma tradição que é construída pelos atores sociais do presente.

Ao posicionar a importância do presente como primordial na construção das tradições, é importante destacar que esse autor inclui, por conseguinte, a perspectiva de futuro³ como algo crucial que reveste os embates por construção de tradições que são feitos no presente. Em outros termos, o conceito de tradições eletivas contribui para nos mostrar o quanto uma tradição não é meramente recebida, mas, sobretudo, construída a partir de uma dimensão contextual do presente e, inextrincavelmente, das expectativas de futuro.

³ Numa clara inspiração em Koselleck (2006).

O artigo se posiciona, portanto, expondo e analisando três tendências de grande destaque no campo da historiografia da escravidão brasileira: Gilberto Freyre (anos 1930), Escola Paulista de Sociologia (anos 1950-1970) e a renovação após os anos 1980. Sugere-se, analiticamente, que tais tendências dialogaram fortemente com seus contextos e, ao fazer isso, propuseram a fundação de novas tradições, que foram eleitas a partir de uma perspectiva dialógica e das expectativas de futuro presente em cada tendência.

Gilberto Freyre – anos 1930

O primeiro momento (ou primeira tendência), em linhas gerais, é definido com a publicação do livro do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala* (2006), cujo principal feito, segundo a historiadora Suely Robles de Queiroz (1998), foi romper com as idéias pseudocientíficas sobre a inferioridade da cultura africana, destacando de modo incisivo as raízes dessa cultura e, por conseguinte, ressaltando sua importância na formação do Brasil.

Pode-se considerar o trabalho de Gilberto Freyre como o fundador do estudo sobre a escravidão no Brasil porque, a partir da referência epistemológica da antropologia cultural de Franz Boas, o sociólogo pernambucano posicionou a escravidão como elemento central e basilar para a interpretação da história da formação do Brasil (cf. SCHWARTZ, 2001, p. 111), mostrando a importância da contribuição dos povos que aqui se relacionaram. Desse modo, o livro de Freyre, publicado em 1933, é considerado por muitos historiadores como o marco inicial da historiografia sobre a escravidão no Brasil (cf. VAINFAS, 1999; QUEIROZ, 1998; SLENES, 1999).

Um dos principais pontos meritórios da tese freyreana foi romper com o pensamento de intelectuais como Paulo Prado, Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, que consideravam o branqueamento uma das soluções para os problemas brasileiros de sua época (cf. SILVA, 2000, p. 15-41). Contrariando frontalmente esses pensadores que se ancoravam em

referências de cunho racistas e postulando uma nova “tradição eletiva” (cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2014), o sociólogo pernambucano argumentou que a miscigenação foi um fenômeno histórico pertencente e, sobremaneira, positivo para formação da sociedade brasileira.

Casa-grande & senzala é considerada, portanto, uma obra inovadora no tocante aos estudos sobre a compreensão da formação do Brasil, notadamente em razão da posição intelectual que firmou, nos anos 30, acerca da importância da escravidão como chave basilar para compreender nossa história e do papel dos negros (cf. PALERMO, 2014). O livro contribuiu para o debate que marcou a historiografia brasileira acerca da escravidão e, por conseguinte, a abordagem concernente ao papel da cultura africana na nossa formação, caminhando em compasso com as transformações ocorridas também no plano político, intelectual e cultural do cenário brasileiro (cf. NICOLAZZI, 2008).

Tendo como ponto de partida a escravidão como fato social basilar para a compreensão da História do Brasil, Freyre desenvolveu uma interpretação de nosso passado lastreada por uma visão que foi bastante influenciada pelos instrumentos teórico-metodológicos da Antropologia Cultural (cf. SCHWARTZ, 2001, p. 111), promovendo um tipo de “antropologização da história” (PALLARES-BURKE, 2001, p. 34), tendo em vista que operou com uma abordagem sincrônica de seu objeto de estudo.

Os fatores teórico-metodológicos apontados acima contribuíram para que o sociólogo pernambucano centrasse seu olhar nas relações entre grupos sociais que foram estabelecidas no Brasil Colônia (cf. PALERMO, p. 182). Assim, especialmente no livro *Casa-grande & senzala*, esse autor enfocou primordialmente na relação desenvolvida entre senhores e escravos na casa-grande, pois, a “história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro” (FREYRE, 2006, p. 44). “O resultado [que pode ser auferido do conjunto da obra de Freyre] é a visão total de uma dada sociedade, focalizada, em geral, naquilo que é mais passível de se observar, isto é, a vida do cotidiano” (PALLARES-BURKE, 2001, p. 32-33).

Deve-se acrescentar que um conceito importante identificado na obra de Freyre, com vistas a compreender as premissas do autor sobre a relação

indivíduo e sociedade, é o de antagonismos em equilíbrio (cf. ARAÚJO, 1994). Afirma-se isso porque o mencionado conceito permitiu o sociólogo pernambucano enxergar a complexidade nas relações estabelecidas entre senhores e escravos, possibilitando-lhe apreender relações sociais que ora tendiam à aproximação entre tais atores, ora ao afastamento. O sociólogo pernambucano em alusão distanciou-se, pois, das determinações estruturais sobre os atores sociais.

O conceito de antagonismos em equilíbrio ofereceu ao pesquisador em apreço a possibilidade de também enxergar a complexa participação do negro na formação da sociedade brasileira. Com isso, a partir do aparato teórico-conceitual empregado, pode-se afirmar que Freyre conseguiu enxergar diversas nuances que faziam parte da relação entre senhores e escravos, muito embora haja, em *Casa-grande & senzala*, um enfoque que valoriza mais a aproximação entre senhores e escravos do que as dissensões, “[...] deixando de problematizar com maior vigor o caráter subalterno pelo qual os africanos entravam na sociedade brasileira” (PALERMO, p. 188).

Portanto, ainda que Freyre tenha concedido, analiticamente, ao colonizador português a liderança e o mérito de ser o agente que criou condições à colonização fincada na miscigenação, tendo em vista o caráter cosmopolita deste povo, não se deve negar que a valorização da função dos povos africanos na sociedade brasileira é um referencial interpretativo importante no legado deixado por essa matriz de pensamento, ainda que essa mesma interpretação seja criticada por alguns autores pela possibilidade de nutrir, em seu bojo, a ideia de democracia racial (cf. SOUZA, 2005; 2006; FONTELLA; FARINATTI, 2008, p. 126).

Diante do exposto, podem ser destacados, nos planos intelectual, acadêmico e político três grandes contribuições do referido livro do sociólogo pernambucano em voga.

Primeiramente, reitera-se que o livro enfrentou as teses racistas que estavam impregnadas no pensamento de alguns dos intelectuais brasileiros da época e, dessa forma, “não caiu na armadilha do determinismo racial” (SCHWARTZ, 2001, p. 104).

Como desdobramento, vale ressaltar que, ao resistir aos pensamentos racistas que fundamentavam parcela importante do pensamento social

brasileiro, no início do século XX, Freyre advogou a tese de que a miscigenação, em vez de ser um mal para a sociedade brasileira, foi importante fator na formação do Brasil. Assim sendo,

[...] Ninguém mais do que ele [Freyre] para transformar a miscigenação de passivo em ativo, de objeto de elucubrações pessimistas em motivo de otimismo nacional, esvaziando o debate herdado do fim do Império e da República Velha sobre as suas conseqüências inapelavelmente negativas para o futuro do país (MELLO, 2001, p. 24).

Como consequência dos dois pontos elencados anteriormente, é deveras relevante sublinhar que, a partir de um aparato teórico-metodológico inovador para a historiografia brasileira do período (cf. PALLARES-BURKE, 2001, p. 34), o sociólogo pernambucano em destaque valorizou a cultura africana, assim como o papel do negro, na sociedade brasileira e na formação do Brasil (cf. NICOLAZZI, 2008, p. 86).

Escola Paulista de Sociologia – anos 1950-1970

A ruptura com a linha teórico-metodológica e interpretativa do sociólogo pernambucano tratado antes ganhou força por volta dos anos 1950, mais contundentemente após 1960, quando sociólogos da Universidade de São Paulo – USP – passaram a enxergar a escravidão de forma diversa da que fora feita pelo sociólogo pernambucano. A denominada Escola Paulista de Sociologia pode ser situada, então, na segunda metade do século XX, composta basicamente por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Emília Viotti da Costa, tendo sido influenciada por Caio Prado Júnior, ou, pelo menos, contendo em seus trabalhos preocupações similares a este pesquisador (cf. VAINFAS, 1999, p. 9).

Uma das características principais que pode ser inicialmente destacada é que esses pesquisadores da referida Escola passaram a rivalizar com o paradigma freyreano, propondo, desse modo, uma nova abordagem

e interpretação acerca do papel da escravidão na formação do Brasil, estatuindo, gradativamente, uma nova “tradição eletiva” (cf. FERNÁNDEZ SEBÁSTIAN, 2014).

A posição desses sociólogos ligados à USP denotava preocupação bem diferentes das que haviam sido formuladas pelo sociólogo pernambucano. As divergências políticas, ideológicas, teóricas e interpretativas giravam em torno de questões importantes, como, por exemplo, a relação senhor e escravo, o papel do negro e da cultura negra na formação do Brasil, o papel do capitalismo internacional na escravidão brasileira, entre outras. Tais questões, vale ressaltar, produziam um diálogo substancial com o contexto desse período de retorno democrático na política brasileira e também vislumbrava marcar uma posição de futuro na historiografia

Esse segundo momento pode ser definido pelo predomínio de uma interpretação ancorada numa vertente do marxismo que questionou as teses de Freyre e influenciou, por conseguinte, alguns sociólogos brasileiros e a pesquisa sobre a escravidão nos anos 1960/70. Nesse sentido, Suely Robles de Queiróz a Escola Paulista trouxe à tona: “[...] uma nova concepção [que] revitalizou os estudos sobre a escravidão negra, originando também uma nova corrente historiográfica, que se opôs frontalmente às idéias de Gilberto Freyre” (QUEIRÓZ, 1998, p. 105).

Diante do embate de abordagens da primeira metade do século XX, protagonizado por Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior (cf. PALERMO, 2014, p. 177), a postura assumida pela Escola Paulista de Sociologia foi a de aproximação da matriz de Prado Júnior, em franco afastamento em relação à linha freyreana, que, de acordo com Joaquim Falcão, foi condenado ao esquecimento pela Universidade de São Paulo – USP, e, conseqüentemente, pelos integrantes da Escola Paulista de Sociologia. Assim, o livro de Caio Prado Júnior intitulado *A formação do Brasil contemporâneo* (1942) pode ser considerado uma das contribuições importantes para a emergência dessa nova tendência da historiografia sobre a escravidão brasileira capitaneada por Florestan Fernandes.

É importante sublinhar que a influência da obra de Prado Júnior levou os pesquisadores da Escola Paulista a pensarem a escravidão como estrutura fundamental no processo de acumulação do capital, produzindo uma visão

ancorada na ideia de sistema escravista diretamente ligado ao capitalismo comercial global, que objetivava, basilar e pragmaticamente, o lucro, sendo essencial, para tanto, o controle, a repressão e a coerção da mão de obra.

Uma das marcas que caracterizou a linha de pensamento desta Escola foi, segundo o historiador Robert Slenes (1999, p. 30), o aprofundamento na análise do escravismo, enfatizando, principalmente, na marginalização dos homens livres pobres e na vitimização do escravo, ocasionada por um sistema econômico perverso. Nesse sentido, a autora Suely de Queiroz afirma que:

Para eles [os integrantes da Escola Paulista de Sociologia], a escravidão é pedra basilar no processo de acumulação do capital, instituída para sustentar dois grandes ícones do capitalismo comercial: mercado e lucro. A organização e regularidade da produção pra exportação em larga escala [...] impunham a compulsão ao trabalho. Para obtê-la, coerção e repressão seriam as principais formas de controle social do escravo (QUEIROZ, 1998, p. 106).

Vale reiterar que Fernando Henrique Cardoso foi um dos principais nomes dessa Escola. Cardoso pesquisou sobre a constituição do escravismo na província do Rio Grande, o que resultou em seu livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional – o negro na sociedade escravocrata do rio grande do sul* (1977). A partir do autor, depreende-se que os primeiros escravos que fizeram parte da população da região chegaram no século XVIII, mas o crescimento exponencial dos escravos negros data do início do século XIX, quando a agricultura cresceu e desencadeou a necessidade (ou o desejo) de acumulação de capital e de escravos para atender à lógica da acumulação.

Baseado numa vertente teórica ligada ao marxismo ortodoxo,⁴ o autor em apreço se propõe a analisar a sociedade riograndense tendo por

⁴ A expressão usada segue a consideração de Ana Rosa Clochet da Silva, pois, ao examinar a obra de E. P. Thompson, em relação à teoria marxista, a mencionada pesquisadora afirma que uma das críticas desse eminente historiador inglês “ao determinismo da teoria marxista ortodoxa” é que “[...] haveria um sentido de determinação [na teoria ortodoxa] de uma infra-estrutura econômica para [ou sobre] uma superestrutura formada pelas demais instâncias da vida social” (SILVA, 1998, p. 117).

referência a relação entre a base e a estrutura. Assim, o sociólogo em questão destaca a constituição de uma nova forma de produção em desenvolvimento, no transcurso do final do século XVIII e início do XIX: a agricultura. Na região do Rio Grande, essa nova força produtiva, em conjunto com o desejo de maximizar a acumulação (por parte dos senhores), acabou pressionando o incremento de mão de obra escrava, alterando o panorama relativo às relações de produção na região.

Esse é o cenário que levou Cardoso a investigar o papel das classes sociais na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. A montagem da sociedade dessa região, em sua dimensão infraestrutural, foi baseada nos valores atinentes à acumulação capitalista, utilizando-se do trabalho escravo e baseada no patrimonialismo. Esse foi o tripé de sua formação. A conclusão desse autor é que tais fatores concorreram para moldar a visão de mundo dos atores sociais, conferindo-lhes uma espécie de identidade de classe, gerando uma oposição visceral entre senhores e escravos, uma vez que o fundamento-mor dessa sociedade era, de acordo com o mesmo autor, a dominação senhorial.

Seguindo tal linha teórica, todo o aparato infraestrutural foi capaz de condicionar o comportamento e consciência dos indivíduos – ele destaca mais veementemente os escravos negros. Como resultado dessa matriz de raciocínio, Cardoso argumenta que a base dessa sociedade formou uma dimensão superestrutural que criou, nas classes antagônicas (senhor e escravo), a consciência social de cada uma.

Conseqüentemente, no escravo negro foi criada a falsa consciência social. Com isso, esses sujeitos são considerados por esse sociólogo como alienados em relação a todo o processo de produção e à situação social e política deles. Portanto, a alienação era encetada e reiterada em função do modelo produtivo ao qual o escravo negro estava submetido (e localizado), bem como em razão do controle (violento) e da dominação exercidas pelo senhor. Cumpre ressaltar, então, que a relação entre a infraestrutura econômica e a superestrutura levou esse sociólogo valorizar mormente a face violenta e dominadora da escravidão, pois, na visão defendida por ele, os escravos eram coisas porque só lhes era permitido reproduzir seu trabalho de forma mecânica e impensada.

Outro pesquisador ligado à Escola Paulista de Sociologia foi Octavio Ianni. Em seu livro intitulado *As metamorfoses do escravo - apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional* (1962), Ianni analisou a composição e a transformação da economia e sociedade curitibana, desde o período colonial até fins do século XIX. Seus principais objetivos foram identificar e compreender o que ele denomina de “as metamorfoses do escravo”, além da representação e auto-representação social dos negros cativos e dos alforriados.

O sociólogo paulista em questão também se baseia na dialética marxista de matriz ortodoxa, assim como Cardoso. Nesse sentido, Octavio Ianni também parte da constituição de um modo de produção fundamentado na conexão entre forças de produção e relações de produção. Assim, “[...] as relações materiais que os homens estabelecem, o modo como produzem seus meios de vida, formam a base de todas as suas relações” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 67). E essas relações correspondem à fonte de produção da superestrutura. Esta última acaba, nesta perspectiva, tendo fundamental papel na coordenação das ações dos atores sociais.

O método dialético, na concepção de Ianni, torna-se denso na medida em que se incorpora ao conceito fundamental de estrutura econômico-social. Conhecer a infraestrutura de uma sociedade, sobretudo sua dimensão econômico-social, significa, segundo esse pesquisador, revelar suas partes e suas inter-relações, que são responsáveis pela construção da superestrutura. Por isso, o autor afirma que o modo de produção é crucial para a elaboração do processo da vida social, política e intelectual.

A partir dessas considerações de cunho teórico-metodológico, pode-se destacar que um dos principais resultados da pesquisa realizada pelo sociólogo em voga tem relação com o papel do negro como sujeito da sociedade colonial e imperial brasileira. Ele argumenta que os negros e pardos formavam o grupo que possuía a representação social inferior na sociedade curitibana, sendo, dessa forma, considerados abaixo dos índios e colocados de forma diametralmente oposta aos senhores brancos.

Uma evidência encontrada por esse sociólogo para tal afirmação era a proibição dos folguedos e fandangos promovidos pelos escravos. Assim,

de acordo com este integrante da Escola Paulista, em Curitiba, certas atividades lúdicas dos escravos eram vigiadas e punidas severamente como manifestações de uma civilização inferior. Para ele, isso fica evidente na punição aplicada aos indivíduos que assistiam aos “batuques e aos Donos das casas” (IANNI, 1962, p. 147) em que ocorriam tais manifestações. Dessa maneira, a condição escrava, que começava inferior, já no estabelecimento da economia da região, poderia ser confirmada na submissão cultural promovida pelos senhores e pela sociedade branca de Curitiba.

Nesta perspectiva, a posição do escravo como sujeito histórico é, destarte, definida sob a perspectiva de sua atuação no empreendimento econômico e de acordo “com o sistema de ações e expectativas dos senhores” (IANNI, 1962, p. 168). Sua caracterização é de uma mercadoria e, sob o ponto de vista jurídico-social, sua posição equivaleria a uma coisa.

Todavia, essa posição social do cativo, na perspectiva ensejada por Ianni, podia sofrer alteração, tendo em vista determinados casos, como, por exemplo, a concessão de alforria pelo senhor (que libertava o escravo) e a mestiçagem (que aproximava o escravo da cultura branca). Mas isso não correspondia à regra. Por isso, as alforrias podiam ser concedidas como prêmio que representava o limite máximo da compensação oferecida pelo senhor, mas as manumissões ocorriam “em escala suficientemente discreta para não afetar o [funcionamento do] regime” (IANNI, 1962, p. 170).

O que se pode depreender da análise de Ianni acerca da relação entre senhores e escravos (ou das castas assimetricamente posicionadas na escala social) é que há, metaforicamente abordando a questão, uma linha vertical que os separa e cujo sentido é eminentemente o da dissensão, havendo apenas remotas possibilidades de inter-relação. Nesse sentido, a posição de escravos e senhores é, basicamente, de afastamento, de distanciamento.

Essa construção tem origem, antes de tudo, na estruturação de um modelo econômico que reverbera, por conseguinte, no plano social, psicológico, cultural e moral. Pode-se concluir, então, que a montagem do sistema escravista criou uma atmosfera (um cenário) que quase completamente dividiu e distanciou brancos e negros, com base nas suas “ocupações, atributos morais, psicomotores, etc., para assinalar o universo do ‘nós’ e dos ‘outros’” (IANNI, 1962, p. 238, grifo no original).

Há, na abordagem de Ianni, uma definição identitária que afasta os grupos sociais, pondo-os em polos conflitantes, diametralmente opostos, havendo remota possibilidade de acordos, negócios etc. O autor visa, com essa proposta de análise, mostrar as mazelas e dificuldades enfrentadas pelos negros, na formação da sociedade de Curitiba.

Além das dimensões econômica, social e jurídica, conforme exposto antes, há, de acordo com Ianni, uma marca especificamente racial que identifica e caracteriza os cativos, no contexto da sociedade escravocrata brasileira. Nesse sentido, “[...] as marcas “raciais” pouco a pouco vão sendo selecionadas socialmente como caracteres grupais, definindo fenotipicamente os negros[,] ou seja, os que são escravos, ou de sua procedência” (IANNI, 1962, p. 178, grifo no original).

É importante ressaltar que Ianni argumenta que tal marca racial permanece, de alguma forma, quando os escravos negros são libertados, pois essa marca, em vez de ser apagada, reconfigura-se. É isso que corresponde, fundamentalmente, o que o autor denomina de “metamorfoses do escravo”, haja vista que a representação social negativa dos escravos acaba sendo transposta para o negro livre. Tal transposição é realizada em forma de continuidade de um preconceito racial que, em sentido geral, dificultou ou emperrou a integração do negro na sociedade de classes.

A produção acadêmica da Escola Paulista de Sociologia, conforme exemplificado em Cardoso e Ianni, contrapôs-se à interpretação de Freyre, enfocando no estudo do papel do negro na formação do Brasil sob o prisma dos efeitos deletérios do capitalismo mundial, utilizando uma referência teórica marxista. Como consequência, privilegiaram, no panorama da escravidão brasileira, uma relação de afastamento entre os dominantes (senhores) e dominados (escravos). Assim sendo, esses pesquisadores sobrelevaram as dissensões entre os sujeitos históricos e deram grande ênfase ao afastamento entre as classes senhorial e dos escravos.

É importante destacar, como desdobramento dessa posição dos integrantes da Escola Paulista, pelo menos dois efeitos positivos e um negativo de suas pesquisas. Como ponto positivo, é primordial destacar os conhecimentos produzidos sobre a formação do Brasil e sua relevante e necessária relação com o capitalismo mundial (cf. MARQUESE, 2013).

Ademais, esses sociólogos ratificaram uma postura política que visava lutar contra as injustiças sociais, bem como contra o preconceito racial em relação aos negros, questões que foram negligenciadas (ou deixadas de lado) pelo paradigma freyreano.

Nesse sentido, visando compreender esse debate interpretativo, teórico e ideológico, cumpre chamar a atenção para uma afirmação de Fernández Sebastián (2014, p. 18), de modo a compreender as contendas contextuais que envolviam os autores, bem como suas expectativas de futuro:

[...] Podemos entender pues las tradiciones electivas de los modernos [...], más que como una herencia recibida de las generaciones anteriores, como un legado histórico imaginado y elaborado por el propio legatario. De entre todos los pasados posibles, cada actor colectivo selecciona de acuerdo con sus preferencias aquellos hechos, autores o episodios históricos en los que de algún modo se reconoce: aquellos que mejor se adaptan a sus necesidades de legitimación y a sus expectativas de futuro.

O ponto considerado negativo da produção da Escola Paulista de Sociologia pela historiografia foi a excessiva generalização (que teve um cunho reducionista) que acabou enxergando, a partir de um modelo estático e “engessado” (cf. THOMPSON, 2012), uma realidade monolítica que não foi capaz de compreender as complexas relações que se estabeleceram entre as classes (e entre as raças), na formação do Brasil.

Por se preocuparem excessivamente com o condicionamento do Brasil em relação aos movimentos macroestruturais derivados da exploração do capitalismo colonial, esses pesquisadores acabaram considerando a ação social dos negros como a de semoventes. Desse modo, a condição de sujeitos históricos desses personagens ficava condicionada – nesta perspectiva – aos efeitos dos movimentos, caracterizando uma “interpretação estruturalista” (SCHWARTZ, 2001, p. 181).

Mudanças ocorridas da década de 1980 em diante

A terceira fase emergiu quando pesquisadores, a partir da década 1980, passaram a reler as fontes (cf. SLENES, 1999, p. 43) e, sob aparato teórico-metodológico diferente do utilizado pelos pesquisadores da USP, passaram a estudar e compreender a escravidão sob novas perspectivas, valorizando as ações e experiências cativas. Remetendo à crítica que o historiador inglês Edward P. Thompson aos historiadores Perry Anderson e Tom Nairn, “A história real revelar-se-á somente depois de pesquisa muito árdua e não irá aparecer ao estalar de dedos esquemáticos” (THOMPSON, 2012, p. 135).

Houve uma tendência, nessa fase, à incorporação de novos modelos teóricos que passaram a rivalizar principalmente com o paradigma marxista que foi especificamente utilizado pela Escola Paulista de Sociologia. A partir da década de 1980, muitos pesquisadores promoveram uma inflexão no olhar que a história tinha no tocante à escravidão no Brasil e especialmente em relação ao papel dos escravos como agentes da história, negando, dessa forma, a coisificação desses cativos escravos (cf. QUEIRÓZ, 1998, p. 108). Sendo assim, segundo Maria Machado (1998, p. 143-160):

Baseados numa visão integracionista da sociedade escravista, alguns estudiosos têm sugerido que os grupos [de] escravos, na busca de forjar espaços de autonomia econômica, social e cultural, interagiram com o regime de trabalho [...] moldando [...] o sistema escravista que procurava reduzi-los a meros instrumentos de produção das riquezas coloniais.

Questões caras a essa historiografia dos anos 1980 em diante foram: a resistência cativa, o conceito de autonomia escrava – ainda que autonomia relativa –, a tentativa de recuperar vozes da liberdade protagonizadas pelos descendentes dos cativos, a ênfase nos estudos demográficos sobre famílias escravas, a ênfase nos estudos qualitativos também atinentes às famílias escravas e etc.

A escravidão, a partir dessa fase, não foi mais enxergada pelo prisma do referencial teórico macroestrutural. Ela passou a ser pensada, sobretudo, por meio da valorização do papel dos cativos (e de sua cultura), que, mesmo diante “dos horrores da escravidão” (SLENES, 1999, p. 45), não deixaram de ser atores sociais, ou seja, não eram vistos apenas como mercadoria ou como mão de obra para produtiva para a economia agroexportadora.

Portanto, a partir de um novo aparato teórico-metodológico, passou-se a enxergar que os cativos também constituíam famílias, organizavam-se em quilombos (resistiam à escravidão), cultivavam um pedaço de terra nas fazendas onde eram escravizados, conseguiam sua carta de alforria (e tornavam-se trabalhadores livres), possuíam vínculos de natureza diversa com seus senhores, tiveram (alguns desses escravos) acesso à justiça, participavam de cultos católicos etc. (cf. SILVA FILHO, 2006).

Em outros termos, a partir da década de 1980, pesquisadores passaram a interpretar o nosso passado escravista com base em outro aparato conceitual e teórico, pois estavam influenciados por mudanças contextuais (no campo político brasileiro e no campo da historiografia ocidental) e expectativas de futuro que também estavam em transformação. Mais uma vez, Fernández Sebastián (2014, p. 14) nos ajuda a compreender um pouco essa transformação, conforme a seguir:

Si no estoy equivocado, las transformaciones, a veces profundas, en la percepción del cambio político-intelectual sufrido por una sociedad en el tiempo, se alimentan en gran medida de esas periódicas transferencias de sentido desde el presente hacia el pasado; al interpretar el pasado a través del nuevo filtro conceptual, la representación y evaluación del mismo se transforma.

Queiróz (1998, p. 108), baseada notadamente no historiador Jacob Gorender, qualifica esse cenário historiográfico em mudança como, em alguma medida, tendo promovido um retorno ao “patriarcalismo” freyreano. Preocupada com a excessiva aproximação dessa nova historiografia no tocante à relação entre o escravo e o senhor (visão integracionista), bem como preocupada com certo deslocamento da noção

de violência no cativo, essa autora afirma que a historiografia sobre a escravidão passou, a partir dos anos 1980, a valorizar demasiadamente “um caráter consensual que nega[ria] a coisificação [dos cativos]” (QUEIRÓZ, 1998, p. 108).

Como desdobramento dessa nova visão, prevaleceria nessa terceira fase, segundo Queiróz, a relação entre resistência escrava e acomodação dos cativos perante o sistema escravista. A autora em apreço argumenta que, no ponto de vista dessa tendência historiográfica, o escravo “lançaria mão de estratégias para sobreviver, ora curvando-se aos ditames do senhor, ora a eles resistindo” (QUEIRÓZ, 1998, p. 108).

A crítica de Queiróz parte sobretudo do que foi apresentado na tese de Silvia Lara, no livro intitulado *Campos da violência*. Mas, a crítica de Queiróz não deixa de ter um sentido geral, pois a pesquisadora afirma que, nessa fase após os anos 1980, há uma nova forma de pensar a escravidão, especialmente o conceito de violência sistêmica. Cabe ressaltar que a autora em apreço contesta essa “amenidade do sistema” (QUEIRÓZ, 1998, p. 111) presente na historiografia dessa nova fase. Ademais, a partir de extenso estudo ancorado nas famílias escravas, propõe que se tenha mais cuidados em relação à “expressividade [dessa] família escrava estável no Brasil” (QUEIRÓZ, 1998, p. 117), muito embora essa pesquisadora reconheça que havia uniões entre os negros.

O que se pode interpretar das considerações da historiadora em apreço é que se deve ter cuidado nessa virada epistemológica em direção ao poder de agência dos escravos, visto que tal guinada pode obscurecer os condicionamentos estruturais que impunham restrições severas aos cativos. Essa visão voltada para os aspectos endógenos da colonização, enfatizando a relação entre senhor e escravo pode acabar, de acordo com interpretação do texto dessa autora, tornando ideologicamente branda uma sociedade que foi eminentemente violenta em relação aos cativos. Em outras palavras, a preocupação de Queiróz (1998) era com o retorno à tradição freyreana. Com isso, seu posicionamento coloca-se em franca sintonia com a ideia de “tradições eletivas”, uma vez que aciona a preocupação em firmar uma posição interpretativa no presente, em relação a uma tradição (cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2014, p. 10).

Por outro lado, na perspectiva de Silvia Lara, a década de 1980 começou, gradualmente, a marcar um rompimento com o viés estruturalista que predominou na produção dos anos 1960/70, capitaneada pela Escola Paulista de Sociologia. Nessa terceira fase ocorreram novas propostas teórico-metodológicas de pesquisa que se alicerçaram na busca por outras formas de enxergar e interpretar o papel do negro na formação do Brasil. Elas alinharam-se aos (e foram influenciadas pelos) renovados estudos das historiografias estadunidense, italiana, francesa e inglesa, com vistas a propor que as ações dos escravos devem ser vistas e valorizadas como “elementos importantes para a compreensão da própria escravidão e de suas transformações” (LARA, 2005, p. 25).

Nessa linha de raciocínio, de acordo com Maria H. P. T. Machado (1998, p. 143-160), algumas das características desse terceiro momento da historiografia da escravidão brasileira é que:

Conceitos como os de resistência e autonomia entre os escravos têm sido reiteradamente apontados como núcleos centrais para a reconstituição de uma história preocupada em reverter as perspectivas [historiográficas] tradicionais e integrar os escravos em seus comportamentos históricos, como agentes efetivamente transformadores da instituição [escravista]. Baseados numa visão integracionista da sociedade escravista, alguns estudiosos têm sugerido que os grupos [de] escravos, na busca de forjar espaços de autonomia econômica, social e cultural, interagiram com o regime de trabalho [...] moldando [...] o sistema escravista que procurava reduzi-los a meros instrumentos de produção das riquezas coloniais.

Assim como Silvia Lara, o historiador Stuart Schwartz (2001, p. 181) aponta a década de 1980 como um período de transição de um modelo cognitivo de apropriação do papel do escravo negro na sociedade brasileira. Segundo esse autor, a volição cativa é uma questão importante para essa nova historiografia que procura não deixar de voltar seu olhar para as ações dos escravos, ainda que se saiba que elas devem ser vistas “frente às limitações estruturais e às assimetrias do poder”. Assim, “[...] Esses

[novos] estudos mudaram o foco para as condições locais e os esforços individuais ou coletivos no Brasil e fora do sistema colonial, como um todo” (SCHWARTZ, 2001, p. 181).

É importante acrescentar ainda mais uma posição de destaque nesses animados debates teóricos travados após a década de 1980,⁵ debates esses que versaram sobre o retorno ao patriarcalismo imputado a Freyre, sobre a flexibilização da violência no cativo, sobre a ênfase nas questões ligadas ao poder de agência dos escravos, entre outros.

Em artigo lançado muito recentemente, o historiador Rafael Marquese (2013) chama a atenção para algumas questões críticas à historiografia da escravidão brasileira após os anos 1980. Nesse texto, o autor analisa efetivamente a forma como tal historiografia tem lidado com “o tema do capitalismo nos últimos tempos” (MARQUESE, 2013, p. 223). Segundo esse historiador, essa fase da nossa historiografia, ao se aproximar dos cativos, teve papel importante em produzir conhecimentos que colocaram os escravos em cena e puderam valorizar suas experiências, bem como a de senhores e de homens livres pobres no Brasil, trazendo à tona novos conhecimentos.

Não obstante, por conta de um projeto epistemológico que visava deslocar o paradigma da Escola Paulista de Sociologia, essa historiografia do período pós-1980 acabou negligenciando o conceito de capitalismo histórico, perdendo a oportunidade de “compreender a dinâmica histórica da escravidão brasileira em suas articulações com o quadro do capitalismo global” (MARQUESE, 2013, p. 248). Desse modo, apesar de essa historiografia ter logrado êxito em produzir maiores conhecimentos sobre o escravo, o senhor e o homem pobre livre, esse êxito não necessariamente pode ser estendido ao conhecimento sobre a escravidão como um todo, exatamente em função dessa perda em relação “às articulações [locais, brasileiras] com o quadro do capitalismo global” (MARQUESE, 2013, p. 248).

⁵ Vale destacar que não se pretende indicar que as interpretações dos importantes historiadores acionados neste trabalho sejam as principais. A escolha realizada, aqui, tem o sentido de trazer à tona alguns debates protagonizados por autores relevantes, que, de fato, são os que eu tenho maior conhecimento. Ressalta-se, portanto, que o debate é amplo.

O pesquisador em voga reconhece como pertinentes as críticas ao modelo teórico e analítico rígido que foi empregado pelos integrantes da Escola Paulista, mas, por outro lado, não deixa de fazer críticas epistemológicas à parcela dominante da historiografia que emergiu na década de 1980. Segundo ele, em muitos trabalhos (ele trava um diálogo com alguns eminentes pesquisadores), deixaram de lado, epistemologicamente, a noção de totalidade colocada pelo capitalismo histórico e valorizaram excessivamente as explicações endógenas, no que tange ao conhecimento ligado à escravidão no Brasil. Com isso, muitas questões importantes sobre nosso passado escravista passaram a ser apreendidas como parte de uma dinâmica interna, sem que se buscasse, de forma mais pujante e abrangente, uma inter-relação dessas explicações com a “economia-mundo industrial sob a égide do capital britânico” (MARQUESE, 2013, p. 236).

Esse autor propõe, portanto, que recoloquemos a referência do capitalismo histórico em nossas pesquisas sobre a escravidão brasileira, não ignorando o cenário internacional nem o império português. Não devemos recolocar essa referência tal como era feito e operacionalizada na década de 1960/70, mas precisamos, segundo Marquese, não esquecer dessa referência como ponto de apoio importante para que compreendamos a circularidade das influências que podem nos fazer enxergar a escravidão brasileira de forma mais densa. Em síntese, “[...] não estou afirmando que a economia-mundo capitalista determinou o que foi a escravidão negra nas Américas, mas sim que a formou, tal como, reversivamente, a escravidão negra formou essa economia-mundo” (MARQUESE, 2013, p. 251).

Considerações finais

Conforme visto, a historiografia da escravidão brasileira é um campo de estudo que nos permite frutiferamente compreender não somente um pouco mais sobre nossa formação, mas também nos possibilita pensar na complexidade que epistemologicamente envolve a produção do conhecimento histórico. Não se trata, decerto, de algo trivial, mas de como fazemos uso de nosso passado e de como estamos pensando a forma como usamos tal passado.

Portanto, no debate em torno da historiografia da escravidão brasileira, a disputa entre tradição e modernidade nos traz questões importantes, sobretudo no tocante às dissensões nos campos teórico, epistemológico, interpretativo e ideológico. E a proposta de re colocação do capitalismo histórico como paradigma holístico é uma crítica feita recentemente que coloca em evidência elemento de uma tradição bastante execrada desde os anos 1980. Trata-se de uma proposta que abre novos caminhos e coloca novas cartas na mesa.

O debate está em aberto e o futuro também. Mas, como há elementos de permanência no bojo das mudanças, pode-se afirmar que as tradições ainda estão em disputa. Destarte, tanto Gilberto Freyre como a Escola Paulista de Sociologia continuam fazendo parte, em alguma medida, de nossa produção intelectual, pois ainda estão presentes nesse campo de disputa.

O que está em jogo nesses contundentes debates são, ao fim e ao cabo, discussões que produzem uma enorme diferença na nossa apreensão sobre nosso passado escravista. Nesse sentido, as explicações sobre o papel dos sujeitos históricos, sobre as relações de poder que vigiam no período escravista, bem como sobre a força do capitalismo na formação (e continuação) da sociedade escravista brasileira, entre outras questões, são, em alguma medida, caudatárias dessas discussões que se estabeleceram entre tradições historiográficas brasileiras de grande força.

Essas são questões relevantes e candentes na produção de conhecimento atual e na historiografia sobre escravidão que ocorreu no Brasil. A partir do aprofundamento dessas discussões e debates inscritos nesse panorama historiográfico, temos a possibilidade de pensar criticamente sobre a importância de nossa própria construção e de nossa pesquisa.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001
- FONTELLA, Leandro Goya; FARINATTI, Luís A. Ebling. Acomodação, negação e adaptação: debate historiográfico entre Gilberto Freyre, Jacob Gorender e a historiografia do escravo real (historiografia da escravidão no Brasil). *Disc. Scientia*, v. 9, n. 1, p. 121-140, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LARA, Silvia H. Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Org.). *Modos de governar*: idéias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 143-160, 1988.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. *Revista de História São Paulo*, n. 169, p. 223-253, 2013.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O ‘ovo de Colombo’ gilbertiano. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO; Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- NICOLAZZI, Fernando. História da historiografia e temporalidades: notas sobre tradição e inovação na história intelectual: *Almanack*, n. 7, p. 27-32, 2014.
- _____. *Um estilo de história*: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

- PALERMO, Luis Claudio. Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior: uma análise comparativa centrada no contexto de produção e nas referências teóricas dos autores. *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UnB*, v. 13, n. 2, p. 169-199, 2014.
- _____. Tempo e temporalidades: transformações semânticas modernas e alguns desdobramentos na produção do conhecimento histórico. *Temporalidades – Revista de História*, v. 9, n. 1, p. 15-38, 2017.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Um método antimetódico: Werner Heisenberg e Gilberto Freyre. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- SCHWARTZ, Stuart. Gilberto Freyre e a História Colonial: “Uma Visão Otimista do Brasil”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- SILVA FILHO, José Barbosa da. História do Negro no Brasil. *Cadernos Penesb*, v. 7, p. 102-134, 2006.
- SILVA, Alberto da Costa e. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2000, p. 15-41.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. Thompson e a Primeira Geração dos Annales: uma abordagem comparativa a partir das noções de Estrutura e Processo. *História Social*, n. 4/5, p. 91-134, 1998.
- SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOUZA, Maria Elena Viana. A ideologia racial brasileira na educação escolar. *Cadernos Penesb*, v. 7, p. 215-250, 2006.

- _____. Pluralismo Cultural e Multiculturalismo na Formação de Professores: Espaços para Discussões Étnicas de Alteridade” *Revista HISTEDBR on-line*, n. 19, p. 89-100, 2005.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2012.
- VAINFAS, Ronaldo. Colonização, Miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Revista Tempo*, v. 8, p. 7-22, 1999.